

Relator retira aumento de pensão para idosos doentes

PT não cumpre acordo sobre reforma e contraria aliados e a oposição

Brasília - Na véspera da conclusão da votação da reforma da Previdência na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, o líder do PT e relator da proposta na Casa, Tião Viana (AC), anunciou ontem que não incluirá na emenda constitucional paralela todos os pontos do acordo fechado entre os líderes da base aliada e de oposição.

Segundo Tião Viana, os futuros pensionistas portadores de doenças graves, que serão definidas em lei, continuarão a receber a pensão integral somente até R\$ 2.400,00. Pelo pacto fechado na semana pas-

sada entre os líderes, esse valor seria dobrado, subindo para R\$ 4.800,00.

A oposição reagiu mal à decisão do relator de descumprir o entendimento. "Se for isso, é uma quebra de compromisso", disse o líder do PFL no Senado, José Agripino Maia (RN).

A reforma previdenciária prevê o pagamento integral do benefício dos futuros pensionistas até R\$ 2.400,00. A partir desse valor, as pensões terão uma redução de 30%. Os senadores reivindicavam que esse redutor, no caso dos portadores de doenças "incapacitantes", só incidisse acima de R\$ 4.800,00.

Por outro lado, a nova emenda constitucional, que tramitará em conjunto com a reforma e será apresentada no plenário do Senado amanhã, beneficiará com o aumento do valor da isenção da cobrança de contribuição previ-

denciária os aposentados e pensionistas portadores de doenças incapacitantes.

O valor da isenção será dobrado para esses inativos: nos Estados e municípios passará de R\$ 1.200,00 para R\$ 2.400,00 e, na União, de R\$ 1.440,00 para R\$ 2.880,00 - somente para quem tem doença grave.

Outro ponto do acordo fechado entre os líderes e que foi

incluído na emenda paralela é o subteto salarial nos Estados. Pela proposta, os governadores e prefeitos poderão mandar, no prazo de 60 dias após a promulgação da reforma, mensagem fixando um novo valor para os salários. A remuneração dos governadores e dos prefeitos é o teto salarial dos servidores do Executivo estadual e municipal, respectivamente. (AE)

GUERRA FISCAL

Jucá promete novo projeto

O relator da reforma tributária no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), prometeu ontem adotar no novo projeto a ser votado pelos senadores um dispositivo que neutralize os efeitos da recente guerra fiscal promovida pelos governos estaduais. "Vamos ter um modelo que não vai radicalizar nem criar problemas para os Estados, mas também não vai referendar a farra", afirmou Jucá, depois de reunir-se com o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Horácio Lafer Piva. De acordo com o senador, o relatório manterá o prazo aprovado na Câmara (11 anos) para extinção dos atuais benefícios fiscais, mas tentará filtrar as recentes concessões e validar apenas as que se justifiquem pela "qualidade dos investimentos".